

Oriente Médio

O Oriente médio está estrategicamente localizado entre três continentes: Europa, Ásia e África. Grande parte destes países são banhados pelo Mar Vermelho, Mar Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Mar Negro e Mar Cáspio. Por este motivo, é marcado por uma grande diversidade étnica que confere à região uma expressiva riqueza cultural, e, conseqüentemente, profundas diferenças religiosas e ideológicas.

Esta região possui extrema importância econômica, pois além de abrigar o Canal de Suez – importante canal que liga o mar vermelho ao mar mediterrâneo – e ser um ponto de passagem de diversas rotas de comércio, essa região possui os maiores produtores de petróleo do mundo.

Países que compõem o Oriente Médio: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iêmen, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia, Egito, Sudão, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos.

Informações importantes sobre o Oriente Médio:

- O mundo possui uma visão eurocêntrica. Partindo deste princípio, o leste europeu é considerado “Oriente Próximo” e a China e Japão, “Oriente Distante ou Extremo Oriente”. Portando a região que fica entre estas, é chamada de “Oriente Médio”.
- Quatro rios se destacam no Oriente Médio: rio Nilo (Egito), Tigre (Iraque), Eufrates (Iraque e Síria) e o rio Jordão (Israel e Jordânia).
- Do ponto de vista histórico, o Oriente Médio é considerado o berço das grandes civilizações do passado. Podemos citar como exemplos as civilizações antigas da Mesopotâmia e do Egito. Na Península Arábica também se desenvolveu, a partir do século VIII, o Império Árabe.
- Do ponto de vista religioso, o Oriente Médio também é de extrema importância, pois foi o berço do surgimento do judaísmo, cristianismo e islamismo.
- A exploração de petróleo é a principal atividade econômica da região, com destaque para Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque, Irã e Bahrein. São os maiores produtores mundiais de petróleo.
- Na década de 1990, podemos destacar dois conflitos militares conhecido por Guerra do Golfo, em 1991 e 1997. Nos governos de George Bush, pai e George Bush, filho.
- A maior parte da população desta região é formada por árabes. A única exceção é o estado de Israel.

Conflitos no Oriente Médio

Os conflitos que hoje assolam o Oriente Médio têm diferentes motivos. O principal deles diz respeito ao território: israelenses e palestinos lutam para assegurar terras sobre as quais, segundo eles, têm direito milenar. Pode-se ainda mencionar o fator econômico - talvez o preponderante: potências capitalistas desejam estabelecer um ponto estratégico na mais rica região petrolífera do planeta.

As tensões perduram há séculos. Expulsos da Palestina pelos romanos já no século 1 da Era Cristã, os judeus acalentaram durante séculos o sonho de retornar à “Terra Prometida”. Todavia, o território, durante sua ausência, foi ocupado por outros povos que, igualmente, sentem-se no direito de nele permanecer de modo autônomo.

Durante o domínio britânico sobre a região (1920-1948), os ingleses permitiram a compra de terras na Palestina por ricos judeus de todo mundo que começaram a reocupar a região. Essa maciça migração de judeus para a Terra Santa chamou-se **Sionismo**, em referência à Colina de Sion, em Jerusalém.

Os ingleses após a Primeira Guerra Mundial, comprometeram-se a ajudar os judeus a construir um Estado livre e independente em território palestino. Entre os anos 1930 e 1940, intensificou-se consideravelmente a imigração judaica para a Palestina.

Mas a instabilidade foi aumentando, sobretudo após o triunfo de Hitler na Alemanha, que provocou a fuga de centenas de milhares de judeus da Europa Oriental durante a década de 1930. Muitos deles com ajuda da Inglaterra e dos EUA, emigraram para a Palestina. As áreas de assentamento judeu e palestino não foram delimitadas e grupos de características étnicas e religiosas tão diferentes tiveram que compartilhar o mesmo território, de onde resultam graves hostilidades entre ambos. A crescente hostilidade culminou na Grande Revolta Árabe (1936-1939) e, após a Segunda Guerra Mundial, a questão da Palestina foi discutida pela ONU, apoiada pelos Estados Unidos e da Inglaterra, interessados em estabelecer um aliado na região, já que não confiavam nos Estados árabes que a cercavam. Levando à divisão do território e à criação do Estado de Israel, o que provocou a expulsão de palestinos e o acirramento do conflito.

Em 1947, a ONU estabeleceu a divisão do território palestino entre judeus, que ocupariam 57% das terras com seus 700 mil habitantes, e palestinos, cuja população de cerca de 1,3 milhão de habitantes ocuparia os restantes 43% do território. A cidade de Jerusalém deveria ser colocada sob administração internacional, dada sua relevância religiosa para judeus, muçulmanos e cristãos. A proposta foi aceita pelos líderes modernos, mas foi rejeitada pelos árabes, tanto os palestinos quanto os países árabes vizinhos, que viam a divisão como uma injustiça para a região com a população árabe da região.

Em 14 de maio de 1948, houve a criação do Estado de Israel, conforme o plano da ONU. Esse ato gerou uma ocorrência imediata dos países árabes vizinhos, que invadiram o novo Estado judeu, dando início à Guerra Árabe-Israelense de 1948. A guerra resultou na vitória de Israel e no aumento de seu território, além da expulsão ou fuga de centenas de milhares de palestinos, um evento que os palestinos chamam de Nakba, ou "catástrofe". Essa situação gerou um número significativo de refugiados palestinos, um dos pontos mais sensíveis e não resolvidos do conflito até os dias atuais.

Embora o plano da ONU para a Divisão da Palestina tivesse como objetivo criar uma solução pacífica e justa, ele não conseguiu evitar os conflitos. A divisão do território foi alterada após a guerra de 1948, com Israel controlando uma área maior do que a originalmente prevista. A cidade de Jerusalém, que deveria ser internacionalizada, foi dividida durante o conflito, com Israel ficando com a parte ocidental e a Jordânia com a parte oriental. Somente após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel ocupou toda a cidade e declarou Jerusalém como sua capital indivisível, o que continua sendo um dos maiores pontos de discórdia no conflito.

De 1956 até 1980 os conflitos na região tomaram proporção de verdadeiras guerras, das quais as principais foram:

- Guerra de Suez (1956): Tinha o objetivo de garantir o acesso dos ocidentais ao comércio oriental que antes era realizado pelo contorno do Sul da África. Com a nacionalização do Canal de Suez, a navegação de navios israelenses no local foi proibida, medida que causou grande impacto na Inglaterra, França e Israel, que iniciaram uma guerra contra o Egito. Mesmo com o apoio dos EUA, os egípcios foram derrotados, e qualquer país pode trafegar por lá.

- Guerra dos Seis Dias (1967): Este conflito mudou mais uma vez o mapa da palestina. O presidente do Egito, Nasser, deslocou forças árabes para as fronteiras com Israel. Rapidamente, Israel atacou o Egito, a Jordânia e a Síria, finalizando a guerra em um curto espaço de tempo. O resultado da guerra aumentou consideravelmente o estado de Israel: foram conquistadas áreas do Egito, Faixa de Gaza, Península de Sinai, região da Jordânia, a Cisjordânia, o setor oriental de Jerusalém, partes pertencentes à Síria e às Colônias de Golan.

- Guerra do Yom Kippur (1973): Tinha o objetivo de recuperar os territórios perdidos para Israel durante a Guerra dos Seis Dias. A Síria conseguiu recuperar as Colinas do Golã, e o Egito tomou de volta um trecho da península do Sinai fato que logo foi revertido com a ajuda dos Estados Unidos à Israel.

- A Primeira Intifada: Em 1987 explodiu uma rebelião popular em Gaza, cujo estopim foi o atropelamento e morte de quatro palestinos por um caminhão do exército israelense. Adolescentes, munidos de paus e pedras, enfrentaram, nas ruas, os soldados israelenses e o levante se alastrou. A repressão israelense foi brutal. Os soldados combatiam os paus e pedras com bombas de gás, tanques e balas de borracha.

Depois de décadas de conflitos a situação, porém, tornou-se mais violenta quando, no início de 2001, Ariel Sharon foi eleito Primeiro-Ministro de Israel, revelando o sentimento dominante entre os israelenses de não retomar as negociações para a criação do Estado Palestino enquanto durar **a intifada**. Diante da violência dos atentados terroristas promovidos pelo Hamas e pelo Hezbolah, grupos extremistas árabes que pregam o extermínio dos judeus, as ações do exército israelense também têm sido cada vez mais cruéis, atingindo, inclusive, a população civil das regiões dominadas.

Criação do Estado da Palestina.

A criação do Estado da Palestina, especialmente com relação à Faixa de Gaza, tem sido uma das principais reivindicações do povo palestino desde a ocupação da região por Israel após a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Esse movimento pela independência palestina é marcado por diversas tentativas e propostas que visam a formação de um Estado soberano nas fronteiras anteriores a 1967, que incluem a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental como sua capital.

A Faixa de Gaza representa uma pequena porção, apenas 1,65% do território de Israel. Sua área é de aproximadamente 365 km², enquanto o território total de Israel é de cerca de 22.000 km². Apesar de sua pequena extensão territorial, a Faixa de Gaza tem sido um dos principais centros de tensão no conflito israelo-palestino, principalmente devido à alta densidade populacional e às condições políticas e sociais da região.

O primeiro passo significativo para a criação do Estado da Palestina ocorreu após a ocupação israelense da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, em 1967. Nesse período, a população palestina, juntamente com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), passou a buscar uma solução política que reconhecesse a Palestina como um Estado independente. A proposta Palestina, nesse contexto, passa pela recuperação dos territórios ocupados por Israel, com o objetivo de estabelecer um Estado dentro das fronteiras anteriores à guerra.

Em 1974, a Liga Árabe reformulou oficialmente a proposta de criação de um Estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A resolução defende a retirada israelense desses territórios e o reconhecimento de Jerusalém Oriental como a capital do futuro Estado palestino. A OLP, liderada por Yasser Arafat, que se consolidou como base das reivindicações palestinas durante os anos seguintes.

O ponto culminante da busca pela criação de um Estado palestino ocorreu em 1988, quando o OLP proclamou, de forma unilateral, a independência da Palestina. A **Declaração de Independência da Palestina**, realizada em Argel, reafirmou a vontade dos palestinos de estabelecer um Estado soberano nos territórios ocupados por Israel em 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. A proposta de 1988 foi amplamente reconhecida por diversos países ao redor do mundo, embora Israel e algumas potências ocidentais, como os Estados Unidos, não tenham endossado a criação do novo Estado.

Além dessas declarações, a proposta Palestina continuou a ser discutida ao longo das décadas, especialmente nas negociações de paz. Um marco importante nesse processo foi o **Acordo de Oslo** em 1993, que visava estabelecer um processo de paz entre Israel e a Palestina, com a promessa de uma solução de dois Estados. No entanto, o status de Jerusalém, a questão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia e o retorno dos refugiados palestinos ajudaram sendo pontos de discórdia, o que impediu que a proposta palestina fosse inovadora.

